

LEGISLAÇÃO PARA CPS - ÂMBITO ESTADUAL

Normativo	Identificação	Denominação	Ementa
LEIS	Lei 13.798, de 2009	Política Estadual de Mudanças Climáticas.	Institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC.
	Lei 12.684, de 2007		Proíbe o uso, no Estado de São Paulo de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição.
	Lei 12.300, de 2006		Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes.
	Lei 12.226, de 2006		Institui a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo.
	Lei 12.047, de 2005		Institui Programa Estadual de Tratamento e Reciclagem de Óleos e Gorduras de Origem Vegetal ou Animal e Uso Culinário.
	Lei 12.041, de 2005		Autoriza o Poder Executivo a instituir a Ouvidoria Ambiental do Estado de São Paulo.
	Lei 11.977, de 2005		Institui o Código de Proteção aos Animais do Estado e dá outras providências.
	Lei 11.879, de 2005		Dispõe sobre a criação da “Política Estadual de Incentivo às Microdestilarias de Alcool e Beneficiamento de Produtos Derivados da Cana-de-Açúcar” e dá outras providências.
	Lei 11.241, de 2002		Dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar e dá providências correlatas.
	Lei 10.996, de 2001		Dispõe sobre a proibição da produção e consumo de brinquedos que imitem armas de fogo em todo o território do Estado.

	Lei 10.888, de 2001		Dispõe sobre o descarte final de produtos potencialmente perigosos do resíduo urbano que contenham metais pesados e dá outras providências.
	Lei 10.761, de 2001		Dispõe sobre a proibição da utilização de alimentos transgênicos na composição da merenda fornecida aos alunos dos estabelecimentos de ensino oficiais do Estado de São Paulo.
	Lei 9.509, de 1997		Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.
	Nº 49.674, de 2005		Determina respeito às normas ambientais e de fiscalização na utilização de madeira nativa na contratação de serviços de engenharia pelo Estado de São Paulo.
	Nº 50.170, de 2005		Instituiu o Selo Socioambiental no âmbito da Administração Pública Estadual.
	Nº 41.629, de 1997		Proíbe a aquisição por entidades do governo de produtos ou equipamentos com substâncias degradadoras da camada de ozônio controladas pelo Protocolo de Montreal;
	Nº 48.092, de 2003		Altera o Decreto Nº 42.836, de 1998
	Nº 48.138, de 7 de 2003		Institui medidas de redução de consumo e racionalização do uso de água no âmbito do Estado de São Paulo.
	Nº 45.643, de 2001		Dispõe sobre a aquisição pela Administração Pública de lâmpadas de maior eficiência e menor teor de mercúrio.
	Nº 49.674, de 2005		Dispõe sobre o controle ambiental de madeira nativa de procedência legal em obras e serviços de engenharia; determina respeito às normas ambientais e de fiscalização na utilização de madeira nativa na contratação de serviços de engenharia.

DECRETOS

Nº 45.765, de 2001		Instituiu o Programa Estadual de Redução e Racionalização do Uso de Energia, aplicando a redução de 20% nas instalações do governo, referindo-se à aquisição de produtos e serviços com melhor desempenho energético possível.
Nº 48.138, de 2003		Institui medidas de redução de consumo e racionalização de água no âmbito da administração pública direta e indireta.
Nº 55.947, de 2010		Política Estadual de Mudanças Climáticas (Regulamento) e Programa de Remanescentes Florestais, que inclui o Pagamento por Serviços Ambientais.
Nº 53.047, de 2008		criou o Cadastro Estadual das Pessoas Jurídicas que comercializam, no Estado de São Paulo, produtos e subprodutos de origem nativa CADMADEIRA e estabelece procedimentos de controle ambiental para a aquisição de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa em obras e serviços de engenharia contratados pelo Estado de São Paulo.
Nº 53.336, de 2008		Criou o Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis, parceria entre a Secretaria de Gestão Pública, responsável pela coordenação do Programa, e a Secretaria do Meio Ambiente, com a atribuição de elaborar estudos e prestar assessoria técnica na área ambiental.
Nº 45.164, de 2000		Regulamenta a Lei nº 10.507, de 1º de março de 2000, que estabelece normas para elaboração, sob a forma artesanal, de produtos comestíveis de origem animal e sua comercialização no Estado de São Paulo.
Nº 45.805, de 2001		Institui o Programa Estadual de Uso Racional da Água Potável e dá providências correlatas.

	Nº 54.704, de 2009		Fixa competência das autoridades para aplicação da sanção administrativa de que trata o artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá providências correlatas.
	Nº. 54.645, de 2009		Regulamenta dispositivos da Lei nº 12.300 de 16 de março de 2006, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e altera o inciso I do artigo 74 do Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8.468, de 8 de setembro de 1976.
	Nº 42.836, de 1998		Impõe para a frota do grupo especial da administração direta e indireta a aquisição de veículos movidos à álcool, em caráter excepcional, devidamente justificado, a aquisição de veículos na versão biocombustível, ou movidos à gasolina, quando não houver modelos na mesma classificação, movidos à álcool;
RESOLUÇÕES	CC-52, de 2005		Aprova as Instruções para aplicação de sanções administrativas a licitantes e contratados, fundamentadas no art. 87 da LF 8.666/93, ou no art. 7º da LF 10.520/02.